



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS COCAL
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

MARIA VIEIRA DE ALMEIDA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO - AEE**

COCAL - PI

2023

MARIA VIEIRA DE ALMEIDA

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO - AEE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para obtenção do
diploma do Curso de Especialização em
Educação Especial e Inclusiva do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Piauí, Campus Cocal .

Orientadora: Prof^ª. Me. Janaine Marques Leal
Barros..

COCAL - PI

2023

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Maria Vieira de Almeida¹
Janaine Marques Leal Barros²

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a importância da Educação Inclusiva, focando na necessidade do Atendimento Educacional Especializado – AEE para o processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência. Além disso, tem-se como meta ponderar acerca da educação inclusiva nos espaços escolares tendo-se como premissa a evolução de concepções, conceitos e aspectos legais que fomentam essa temática. Nesse sentido, o estudo apresenta o seguinte objetivo geral: analisar a importância do AEE no espaço escolar e sua contribuição nas aprendizagens. Como objetivos específicos têm-se: conhecer as concepções da educação inclusiva; analisar o que a legislação específica prevê sobre a educação inclusiva; conhecer as problemáticas que envolvem a educação inclusiva e apresentar os avanços (legais e de concepções) no que diz respeito a inclusão escolar. A pesquisa tem cunho bibliográfico apresentando-se também como estudo descritivo. As informações e dados coletados são analisados seguindo-se a abordagem qualitativa. No processo de construção do referencial teórico utilizou-se alguns autores estudiosos da temática, dentre os quais: Mantoan (2006); Silva Neto et.al (2018) e documentos legais, dentre os quais a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Face a isso, o presente estudo busca contribuir para uma reflexão acerca da importância da educação inclusiva, especialmente, do Atendimento Educacional Especializado nas escolas.

Palavras - chave: educação inclusiva; educação especial; atendimento educacional especializado.

ABSTRACT

The present work seeks to reflect on the importance of Specialized Educational Assistance – AEE for the teaching-learning process of children with disabilities. In addition, the goal is to consider inclusive education in school spaces, taking as a premise the evolution of conceptions, concepts and legal aspects that foster this theme. In this sense, the study has the following general objective: to analyze the importance of AEE in the school environment and its contribution to learning. The specific objectives are: to know the concepts of inclusive education in school spaces; analyze what the specific legislation provides for inclusive education; get to know the

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americana de Educação - FLATED. Pós-Graduada em Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. E-mail: maria.va12345@hotmail.com.

² Mestra em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. UFC. Professora IFPI. Email: janaine.leal@ifpi.edu.br

issues surrounding inclusive education and present advances (legal and conceptual) with regard to school inclusion. The research has a bibliographic nature and is also presented as a descriptive study. The information and data collected are analyzed following a qualitative approach. In the process of building the theoretical framework, some authors who studied the subject were used, including: Mantoan (2006); Silva Neto et.al (2018) and legal documents, including the National Policy on Special Education from the perspective of Inclusive Education. In view of this, the present study seeks to contribute to a reflection on the importance of inclusive education, especially of Specialized Educational Assistance in schools.

Keywords: inclusive education; special education; specialized educational service.

Data de aprovação: 29/12/2023

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma exigência do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva e tem como objetivo refletir acerca da importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de como esse atendimento pode orientar os profissionais no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência, contribuindo assim para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo do mesmo.

O interesse pela temática surgiu a partir da reflexão a respeito das angústias e desafios que o professor enfrenta na sua prática pedagógica com relação às dificuldades de aprendizagem e socialização do aluno com deficiência no decorrer do seu processo educacional. Portanto, busca-se, com base nas leituras realizadas, uma sustentação teórica que possa fomentar reflexões e fortalecer práticas pedagógicas no dia a dia escolar.

Diante desse contexto, surgem as questões problematizadoras (problematicado estudo): Qual o papel do AEE no processo educacional de alunos com deficiência? Qual o papel do professor de AEE nesse processo?

A partir desses questionamentos tem-se como objetivo geral: a importância do Atendimento Educacional Especializado no processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência. Os objetivos específicos são: conhecer as concepções da educação inclusiva nos espaços escolares; analisar o que a legislação específica prevê sobre a educação inclusiva; conhecer as problemáticas que envolvem a educação inclusiva e apresentar os avanços (legais e de concepções) no que diz respeito a inclusão escolar.

O interesse pela temática surgiu a partir da reflexão a respeito das angústias e desafios que o professor enfrenta na sua prática pedagógica com relação às dificuldades de aprendizagem e socialização do aluno com deficiência no decorrer do seu processo educacional.

Portanto, busca-se, com base nas leituras realizadas, uma sustentação teórica que possa fomentar reflexões e fortalecer práticas pedagógicas no dia a dia escolar. A partir dessas discussões e análises, pode-se contribuir para que mais educadores busquem o conhecimento acerca das ações e práticas inclusivas no espaço escolar.

Atitudes e ações que viabilizem uma prática pedagógica capaz de atender as necessidades de todos os alunos (com equidade).

Espera-se que o presente estudo possa vir a contribuir como base para estudos posteriores, visto que constitui-se de uma fundamentação teórica mais atualizada onde busca-se ampliar reflexões importantes acerca da educação inclusiva e das transformações perceptíveis sobre as concepções de deficiência e da legislação no que diz respeito ao acesso ao processo educacional.

O artigo está estruturado da seguinte forma: introdução seguida de referencial teórico, metodologia, resultados e discussões e conclusão. A introdução faz uma breve apresentação do trabalho. O referencial discorre acerca da Educação Inclusiva e seus aspectos legais, dificuldades e problemáticas. A metodologia apresenta o tipo de estudo, a abordagem, os descritores utilizados na busca pelo referencial teórico, dentre outros. No tópico Resultados e Discussões discorre-se acerca dos avanços na Educação Inclusiva, especificamente, no Atendimento Educacional Especializado (AEE), refletindo-se sobre o papel do professor do AEE ao mesmo tempo em que apresentam-se exemplos de ferramentas e recursos que podem ser utilizados no decorrer do processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades especiais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Assim sendo, define-se, no artigo 205, a educação como um direito comum aos indivíduos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, há que se ressaltar que a educação escolar tem ultrapassado desafios, superado dificuldades e avançado no sentido de se tornar mais acessível, dinâmica e diversificada. Diante disso, a inclusão é uma das principais temáticas discutidas na atualidade no cenário educacional, especialmente pela necessidade de capacitação dos educadores e do uso de recursos multifuncionais no processo de ensino aprendizagem inclusiva.

O desenvolvimento de estudos em educação e a defesa dos direitos vêm na luta de uma inclusão que respeite o direito e a singularidade, através Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), entre outros documentos legais. Portanto, tem-se a necessidade de iniciar a discussão a partir de alguns conceitos e concepções acerca da Educação Inclusiva. Logo:

A educação tem um papel fundamental, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. Assim, a escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades (BRASIL, 2004, p. 07).

De acordo com o exposto, compreende-se que o foco primordial da educação inclusiva é o atendimento de todos no espaço escolar, sem distinção alguma, levando-se em consideração a qualificação do processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, a escola inclusiva promove, acima de tudo, uma ação educacional construtiva, pautada no compartilhamento dos saberes e experiências buscando o desenvolvimento das habilidades e competências dos indivíduos. Logo, cabe a escola e aos seus colaboradores, apresentar uma estrutura física/material, humana (profissionais capacitados) e científica (conhecimentos atualizados associados às experiências dos aprendizes) condizente com a proposta pedagógica e curricular da instituição. Isso porque:

A inclusão envolve um processo de reforma sistêmica, incorporando aprimoramentos e modificações em conteúdo, métodos de ensino, abordagens, estruturas e estratégias de educação para superar barreiras, com a visão de oferecer a todos os estudantes uma experiência e um ambiente de aprendizado igualitário e participativo, que corresponde às suas demandas e preferências. Inserir estudantes com deficiência em salas de aula tradicionais sem esses aprimoramentos e modificações não constitui inclusão (INSTITUTO ALANA, ABT ASSOCIATES, 2016, p. 03).

Face ao exposto, fica evidenciado a necessidade de ações e políticas públicas que busquem superar barreiras, estruturar e equipar os espaços escolares com ferramentas e recursos capazes de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. Essa transformação vai desde a preparação pedagógica e curricular até o exercício de práticas culturais, sociais, éticas e afetivas envolvendo a concepção de diversidade, equidade e respeito.

Nesse sentido, a educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (STAINBACK; STAINBACK, 1999 apud SILVA NETO, et al, 2018, p. 87).

A Política Nacional da Educação Especial desempenha um papel importante no que diz respeito a prática da educação inclusiva, conforme o que discorre-se o tópico a seguir.

2.1 A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional da Educação Especial é um documento que orienta quanto ao atendimento das pessoas com deficiência nos espaços educacionais, juntamente com a Educação Especial, orienta todos os níveis educacionais visando proporcionar uma equidade dentro do processo de ensino-aprendizagem.

Assim, a Política Nacional da Educação Especial (BRASIL, 2008) garante ao aluno com deficiência sua inclusão no sistema educacional de ensino, preconizando que lhe seja assegurado:

O acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino, transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e

informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Na proposta da Educação Inclusiva a educação se baseia no princípio teórico de que a aprendizagem ativa é fundamental para o desenvolvimento pleno do potencial humano e que essa aprendizagem ocorre mais efetivamente em ambiente que oferecem oportunidades de aprendizagem apropriadas ao desenvolvimento, como a escola.

A educação especial/inclusiva é a aberta à diversidade humana, tendo como princípio democrático a educação para todos. Portanto, deve primar por um ensino de qualidade, provocando e exigindo novos posicionamentos, sendo um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores modifiquem suas práticas. Pois:

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral (MANTOAN, 2006, 27).

Nesse sentido, a educação é uma ação diária e contextualizada que reflete os conhecimentos produzidos ao longo da história da humanidade. Numa perspectiva inclusiva é uma parte deste todo educacional que necessita muito da colaboração de todos que fazem a instituição escolar, para que alcancem objetivos concretos, como construir aprendizagens significativas para a vida do indivíduo.

De acordo com a Secretaria Nacional de Educação Especial, a escola poderá contar com serviços de apoio pedagógico especializado, conforme preveem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (Res. CNE nº 02/2001). Geralmente, o apoio especializado consiste em um trabalho de complementação curricular, que visa ao enriquecimento das atividades já desenvolvidas em sala de aula, para as quais o aluno apresente maiores dificuldades e necessidades de um trabalho mais aprofundado. Esse trabalho está relacionado à aquisição de novos conceitos e conhecimentos.

Há alguns casos em que se pode dispor de um professor de apoio, fixo em sala de aula, que poderá ser o mesmo da sala de recursos, desde que tenha previsto em seu cronograma momentos de atendimento no coletivo das turmas em que os alunos estiverem incluídos. Com este profissional, pressupõe-se um atendimento mais individualizado, mediando, com orientações, materiais e linguagens mais adequadas, as diferentes situações de aprendizagem. Esse é o papel da educação especial, apoiar o aluno de acordo com sua deficiência ou dificuldade. Portanto:

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 16).

Diante disso, o atendimento educacional deve identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos de acordo com a necessidade do aluno, visando adequar o processo de ensino-aprendizagem à deficiência ou dificuldade que o aluno tiver. Isso quer dizer que as atividades propostas e realizadas pelo aluno no atendimento educacional especializado necessitam ser diferentes das que são realizadas em sala

de aula, mesmo que não possa substituí-las, pois a intenção é que seja complementar e não substituta.

O Serviço de Educação Especial – AEE é assegurado pela nossa Constituição de 1988, pela Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva de 2008, pelo Decreto 7611/2011 e pela Resolução n.04/2009-CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica). Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de intervenção precoce que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Assim:

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p. 16).

Decerto que para além de todas essas considerações, cabe principalmente ao professor buscar conhecimentos que o auxiliem na sua prática pedagógica. A formação do professor numa perspectiva inclusiva requer dele o desenvolvimento de conhecimentos na área de pedagógica, de gestão, de relações humanas, da saúde, dentre outras. Isso quer dizer que, boa parte de sua formação ele adquire na universidade, nas formações e capacitações (especializações, mestrado, etc.). Porém, outra parte ele vai adquirindo no decorrer da prática pedagógica, nas experiências vivenciadas, nos estudos e pesquisas, com os próprios alunos e familiares.

2.2 A Educação Inclusiva: algumas considerações acerca das dificuldades e problemáticas

A Educação Inclusiva requer uma reorganização do sistema educacional. Isso porque ele foi planejado/elaborado levando-se em consideração as necessidades de pessoas ditas “normais”. Nesse sentido, tornou-se essencial analisar, planejar e executar ações voltadas para o acolhimento e atendimento de pessoas com deficiência (independente do tipo e grau de deficiência).

Por isso, o problema inicial e principal é a formação de educadores e demais membros que constituem a escola e que necessitam conhecer para fornecer um atendimento de qualidade.

Por si só, o processo de ensino-aprendizagem já apresenta problemas em todos os níveis de ensino: formação de professores, estrutura das instituições de ensino, falta de recursos e materiais de ensino, dentre outros. No processo de educação inclusiva, a falta de capacitação e recursos fica mais evidenciado ainda e, pode vir a comprometer o processo e os resultados.

Em face disso Perrenoud (2000 apud BRASIL, 2004) aponta alguns fatores que dificultam a construção de um coletivo, no contexto educacional:

A limitação histórica da autonomia político-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela consequente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo de educadores, e até mesmo a presença freqüente da prática autoritária da direção, ou coordenação do ensino (PERRENOUD, 2000 apud BRASIL, 2004, p. 08).

Com ênfase nas dificuldades citadas acima pode-se dizer que as concepções e práticas escolares devem evoluir, transformar-se, agregando valores, tecnologias, ciência, arte, cultura, práticas sociais e de bem estar, afetividade e respeito pela diversidade. Nesse sentido, as políticas públicas devem buscar a promoção das potencialidades diversas que se encontram nos espaços escolares, fornecendo atendimento capacitado, recursos adequados e projetos pedagógicos que atendam a demanda em sua totalidade.

2.3 Os avanços da escola comum na perspectiva da Educação Inclusiva

Os avanços da escola comum se dão, inicialmente, a partir da evolução dos conceitos e concepções acerca da inclusão, exclusão. Tais conceitos têm permeado a discussão do contexto educacional e das possibilidades que esse oferece para a construção dos saberes.

A escola inclusiva tem que ser aberta à diversidade humana, tendo como princípio democrático o oferecimento de uma educação com iguais condições de dignidade e construção do conhecimento para todos. Assim, a escola inclusiva prima por um ensino de qualidade, provocando e exigindo novos posicionamentos da família, dos próprios educadores e da sociedade em geral.

Nessa perspectiva, alguns fatores têm contribuído fortemente para práticas inclusivas nos ambientes escolares, dentre os quais: a integração entre conhecimento e experiências; estratégias de ensino voltadas para o processo de ensino-aprendizagem (alinhadas com a proposta pedagógica); ações que visem estabelecer a equidade de condições para a aprendizagem do indivíduo;

Em face disso, uma das ações que mais demonstra o avanço da educação inclusiva é a proposição do Atendimento Educacional Especializado (AEE) que contribui relevantemente para a aquisição de conhecimento do aluno com deficiência, estudando a deficiência e propondo as melhores formas/métodos de trabalho, pautados nas possibilidades (pontos fortes) que o aluno apresenta, reconhecendo suas possíveis limitações sem retirar sua identidade de aprendiz.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) sustenta-se legalmente pela nova concepção da Educação Especial para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares de ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho possui um cunho bibliográfico e documental com características da pesquisa descritiva, utilizando-se das concepções de alguns estudiosos e da legislação que trata a respeito da temática proposta: **“Educação Inclusiva: a importância do Atendimento Educacional Especializado – AEE”**.

Portanto, a partir da escolha da temática se fez necessária a busca pelo referencial teórico junto a autores e documentos legais (Leis, Portarias, etc.) que fundamentam a discussão no trabalho.

As informações são apresentadas no decorrer do estudo a partir das concepções da abordagem qualitativa, no sentido de buscar evidenciar não somente o que a legislação determina, mas, as mais diversas situações em que se reflete a

cerca da educação inclusiva e dos fatores que afetam direta e/ou indiretamente a prática pedagógica nessa perspectiva.

Portanto, o trabalho pauta-se em um estudo bibliográfico (numa perspectiva descritiva) construído a partir da literatura que trata da educação inclusiva nos aspectos legais e reais percebidos no ambiente escolar, além das discussões acerca da importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A utilização da pesquisa bibliográfica permite um estudo mais amplo da temática em questão, além de poder fazer um comparativo entre as ideias e os ideais dos autores pesquisados a fim de tornar a linha de pesquisa mais fundamentada (LAKATOS; MARCONI, 2010).

A busca foi refinada de acordo com os seguintes descritores: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Educação Inclusiva; Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva; Problemáticas que envolvem a Educação Inclusiva e Avanços da Educação Inclusiva. O levantamento das referências foi realizado entre os meses de fevereiro a agosto de 2023, empregando as bases de dados SciELO (*Scientific Eletronic Library Online* – Brasil), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), Google Acadêmico, dentre outros.

O presente trabalho foi construído levando-se em consideração as observações, pesquisas e práticas de estudiosos acerca da temática e, a partir dessa análise será realizada uma discussão teórica embasada nesses estudos.

A elaboração do estudo segue uma ordem cronológica a partir da separação do material disponível acerca do AEE e da Educação Inclusiva e dos aspectos legais que os regem.

Os critérios para inclusão das referências englobaram documentos legais, livros, teses e artigos específicos em acordo com a proposta do trabalho, levando-se em consideração as discussões mais pertinentes, especialmente dos documentos legais (leis, emendas, portarias, etc.) que datam de um período anterior e que não podem deixar de estar presentes na discussão da temática em questão.

O instrumento utilizado na coleta de dados foi a análise de documentos legais que regem o AEE e a Educação Inclusiva bem como estudos teóricos e práticos que tratam, relevantemente, da questão.

Assim sendo, fez-se uma pesquisa nos bancos de dados (já descritos) e, a partir daí foi possível construir uma fundamentação teórica pautada nas discussões mais relevantes acerca da temática no contexto do ensino comum e/ou regular, elencando as principais dificuldades e avanços percebidos no ambiente escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No que diz respeito à Educação Inclusiva, um dos maiores avanços foi a estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto que é voltado para o acompanhamento (elaboração de planos de atendimento em consonância com as necessidades do aprendiz), fazendo-se uso das ferramentas e recursos de ensino adequados a cada caso.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) sustenta-se legalmente pela nova concepção da Educação Especial para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Esse atendimento existe para que os alunos possam aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares de ensino comum e que é necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência.

Uma das inovações trazidas pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço de educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e

de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2008, p. 08)

O AEE constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e um importante aliado na complementação e/ou suplementação da formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela. As Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, por meio da Resolução nº 4 CNE/CEB em seu artigo 5º esclarece que:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios. (BRASIL, 2008, p. 11)

Portanto, o AEE complementa a formação do aluno buscando a promoção do acesso e da aprendizagem dos alunos com deficiência no ensino regular. Nesse sentido, oferece ao aluno vivenciar ambientes inclusivos, a começar pelas aprendizagens que são planejadas conforme a necessidade do aluno e a especificidade de sua deficiência.

4.1 O papel do professor de AEE

O professor de AEE deve, prioritariamente, ser um profissional com formação inicial ou continuada, que tenha uma qualificação específica na área de atuação. Trata-se de um professor que está em processo de constante atualização/capacitação e que seja capaz de desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos. O trabalho do professor de atendimento educacional se caracteriza essencialmente pela realização de ações específicas sobre os mecanismos de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos (POULIN; FIGUEIREDO; GOMES, 2010). Portanto:

Para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva inclusiva. Nos cursos de formação continuada de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE para melhor atender seus alunos (ROPOLI, et.al, 2010, p. 28).

Sendo assim, o professor do AEE tem o importante papel fortalecer o processo de construção do conhecimento do aluno, atuando como mediador/elo/facilitador, promovendo a participação o oportunidades para uma aprendizagem de qualidade, pautada na realidade do aluno. A Resolução 4 de 02/10/2009, no seu Art. 13 especifica as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009)

Essas atribuições do professor do AEE ressaltam a priori, a importância do ensino voltado para o aluno e sua necessidade. Por isso, há que se desenvolver ações integradas entre o professor da sala regular e o professor do AEE no intuito de obter uma parceria que favoreça o desenvolvimento do aluno, além de se trabalhar, conjuntamente, fazendo uso das melhores estratégias de ensino nos dois ambientes. Nesse sentido, é imprescindível que ambos os professores conheçam seus alunos (dificuldades e limitações impostas pela deficiência) estruturando-se num modelo de atendimento orientado pela realização do estudo de caso.

A partir desse conhecimento, propõe-se a elaboração de um estudo de caso (que deve ser efetivado pelo professor de AEE em colaboração com o professor da sala regular, com a família e com outros profissionais que trabalham com esse aluno no ambiente escolar). Dessa forma o professor do AEE estabelece os objetivos que nortearão o atendimento do aluno, ao mesmo tempo em que trabalha de maneira conjunta com o professor da sala de aula.

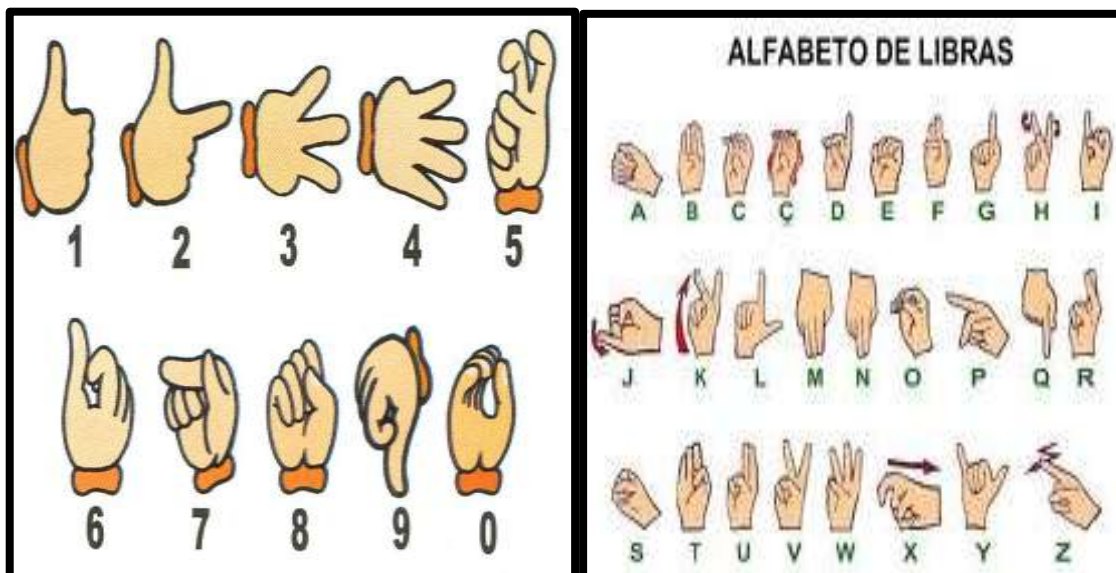
4.2 O Atendimento Educacional Especializado – AEE: exemplos práticos

A elaboração e execução do plano de AEE são feitas a partir do conhecimento sobre o aluno, ou seja, com base nos dados coletados o professor de AEE definirá o tipo de atendimento para o aluno, os materiais a serem produzidos, a frequência e duração do atendimento, entre outros elementos necessários ao plano.

O plano de atividade deve ser elaborado observando-se o tipo de deficiência do aluno e das metas relacionada ao processo de ensino-aprendizagem: aquisição da leitura, da escrita, da oralidade, da capacidade de comunicação das habilidades matemáticas, desenvolvimento social/afetivo, aquisição de hábitos e rotinas, dentre outros.

Nesse sentido, buscou-se alguns exemplos práticos de atividades voltadas para alunos com deficiência no intuito de demonstrar como o Atendimento Educacional Especializado poderá atuar em consonância com os objetivos do ensino regular visando o pleno desenvolvimento do aprendiz.

Imagem 01: Recursos didáticos para a alfabetização do aluno com surdez



Fonte: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=24029&secao=espaco&request_locale=es

Para o processo de educação da pessoa com surdez, especialmente na aquisição da linguagem, deve-se recorrer aos estímulos visuais e uma das atividades recomendadas para se alcançar essa meta é o uso do alfabeto ilustrado, pois ele auxiliará o aluno no estabelecimento da relação entre a letra e a palavra, entre esta e o seu referente.

Pode-se também fazer uso dos jogos de memória com figuras e letras em Libras ou ainda figuras e linguagem gestual e a partir daí fazer variações de imagens e linguagens. Muito útil também para o ensino da leitura e da escrita é o dominó ilustrado.

No caso das deficiências múltiplas, uma estratégia que pode ser utilizada visando favorecer o processo de comunicação do aluno é a proposta de trabalho que faz uso do calendário. Isso porque:

Os calendários são instrumentos que favorecem o desenvolvimento da noção de tempo e que ajudam os alunos a estabelecer e compreender rotinas. Os calendários também são úteis no desenvolvimento da comunicação, no ensino de conceitos temporais abstratos e na ampliação do vocabulário. (MAIA et. al, 2008 apud BOSCO; MESQUITA; MAIA, 2010, p. 15)

A confecção do tipo de calendário e os símbolos que serão utilizados dependem da especificidade da criança previamente avaliada, podendo ser confeccionados utilizando-se de papelões, caixas de sapato, em varal, cartolina, tecido, etc.

Observe-se que os temas dos calendários podem ser diversos. Porém, sempre devem focar a necessidade do aluno. Têm-se como exemplos, na imagem 02, calendários que apresentam (expõem) a rotina diária do aluno (hábitos como acordar, ir pra escola, brincar, estudar, dentre outros). Ou ainda, calendários que trabalham o conteúdo que o aluno está estudando (gênero textual: dá-se o exemplo de uma receita) (BOSCO; MESQUITA; MAIA, 2010).

Imagem 02: Recurso didático adequado para o aluno com deficiências múltiplas



Fonte: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/category/deficiencia-multipla/>

Face ao exposto, compreende-se que as relações entre professor da sala de aula regular e professor do AEE tendem a exercer uma parceria pedagógica visando unicamente o desenvolvimento do aluno. Para que isso ocorra, faz-se necessário conhecer a necessidade, os recursos e metodologias adequadas.

CONCLUSÃO

Com base nos estudos realizados pode-se afirmar que a educação inclusiva pode trazer inúmeros benefícios para toda a sociedade. Além de promover a inclusão e a igualdade, pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como a empatia e a solidariedade. Além disso, a convivência com a diversidade pode enriquecer a vida escolar e contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Portanto, é fundamental que haja um esforço conjunto da sociedade, dos governos e das instituições educacionais para garantir o direito à educação inclusiva para todas as pessoas, independentemente de suas limitações ou condições socioeconômicas. Isso envolve investimentos em infraestrutura, materiais didáticos adaptados e capacitação de profissionais para atender as necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Mas também envolve uma mudança cultural, com o objetivo de sensibilizar a sociedade em relação às questões de inclusão e diversidade, e promover uma cultura de respeito e valorização da diferença.

Uma das maiores dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência estão relacionadas tanto às questões da própria deficiência quanto às práticas pedagógicas realizadas na sala de aula regular, visto que as estratégias utilizadas visando à aprendizagem focam, de modo geral, de forma homogênea, pensando-se na aprendizagem nivelada (todos os alunos no mesmo nível cognitivo).

O aluno com deficiência necessita de um acompanhamento mais específico. Nesse sentido, é preciso aplicar uma ação didático-pedagógica direcionada para este aluno, visando estimular sua autoestima, levando-se em conta suas dificuldades, elaborando um plano de atendimento que foque nas dificuldades a fim de dar suporte e fomentar a aprendizagem.

Esse atendimento pode ser inserido no espaço escolar a partir da implementação do AEE, onde haverá o planejamento específico para o aluno com deficiência e a utilização das ferramentas/recursos e estratégias de ensino adequadas.

REFERÊNCIAS

BOSCO, Ismênia C. M. G. MESQUITA, Sandra R. S. H. MAIA, Shirley R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: surdocegueira e deficiência múltipla**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial; Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CBE nº 4, de 02 de outubro de 2009**.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Coordenação geral SEESP/MEC. **Educação inclusiva: a escola**. Brasília: MEC, 2004.

INSTITUTO ALANA. ABT ASSOCIATES. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência**, 2016. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf. Acesso em abril de 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa. **Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote inclusão**, 2006. Disponível em <

http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/uma_escola_de_todos.htm>. Acesso em 18/03/2023.

POULIN, Jean-Robert. FIGUEIREDO, Rita V. de. GOMES, Adriana L. L. O aluno com deficiência intelectual: funcionamento cognitivo e estratégias de avaliação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2013.

ROPOLI, Edilene aparecida. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. SANTOS, Maria Terezinha da C. T. dos. MACHADO, Rosângela. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira (et al). **Educação inclusiva:** uma escola para todos, 2018. Disponível em: <https://oaji.net/articles/2017/1746-1535380888.pdf>. Acesso em abril de 2023.